
REFORMA AGRÁRIA E IDENTIDADE NACIONAL NO CONTO “NOS HAN DADO LA TIERRA”, DE JUAN RULFO: UMA CRÍTICA SOCIAL

Ana Paula Cantarelli ¹

Resumo: Neste artigo, desenvolvi uma análise do conto “Nos han dado la tierra”, do mexicano Juan Rulfo, pertencente ao livro *El llano en llamas* (1953), destacando o processo de reforma agrária. No conto, está presente uma crítica à distribuição de terras inférteis por parte do governo que, ao invés de atenuar as desigualdades sociais, acaba por perpetuá-las e, em alguns casos, por extremá-las. Para construir minha proposta de leitura, dividi o texto em três partes: na primeira, realizei um resgate da história mexicana durante o período revolucionário (início do século XX); na segunda, estabeleci uma discussão sobre a questão do pertencimento nacional e a importância de possuir uma fração do território de um país; na terceira parte, apresentei uma interpretação do conto de Rulfo associando as discussões estabelecidas nos itens anteriores.

Palavras-chave: crítica social; identidade nacional; Juan Rulfo.

Abstract: In this article, an analysis of the short story “Nos han dado la tierra”, by Juan Rulfo from *El llano en llamas* (1953) was developed, highlighting the agrarian reform process. In this story, a critique of the distribution of infertile land by the government is performed which, instead of attenuating social inequalities, ends up perpetuating and, in some cases overcoming them. To construct the reading proposal, the text was divided into three parts: firstly a rescue of Mexican history during the revolutionary period (beginning of the 20th century) is done. Next a discussion on the question of national belonging and the importance of having a fraction of the territory of a country is established. Thirdly an interpretation of Rulfo’s tale, associating the discussions explored in the previous items, is presented.

Keywords: social criticism; national identity; Juan Rulfo.

¹ Professora do Curso de Letras-Espanhol e do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: anapaula.cantarelli@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Juan Rulfo (1917-1986) foi um conhecido e reconhecido escritor mexicano que publicou apenas um livro de contos (*El llano en llamas*, 1953) e um romance (*Pedro Páramo*, 1955) em sua carreira de escritor², entretanto a qualidade de sua produção literária é destacada pela crítica. As temáticas abordadas nos contos se estendem também para o romance: a crítica à religião católica; a crítica à revolução mexicana; a exploração do povo; o grande senhor de terras; a fome; a miséria; a aridez do solo; a reforma agrária malsucedida; etc., compondo um entrelaçamento de discursos e de personagens que se desenvolvem nos mesmos espaços. As vivências das personagens dos contos alcançam as vivências das personagens do romance, emparelham-se com elas, complementando-se, delineando sentimentos similares, alargando-se para além dos limites literários, esboçando as dores e as alegrias, as conquistas e as derrotas do povo mexicano na primeira metade do século XX, durante e após a revolução.

Os textos de Rulfo trazem impressas as marcas do “ser” mexicano, trazem elementos constitutivos desse povo em sua estrutura, de suas lutas, de seus sofrimentos, de seus anseios, de suas necessidades, de suas ausências. Tudo isso em cenários que reconstróem o *llano*. O linguajar popular, as festas, as roupas, as comidas, os costumes, as casas, as igrejas, as delegacias e até os cemitérios são também recriados ficcionalmente, de modo que as dores dos habitantes de Comala quando veem o povoado ir morrendo durante a revolução mexicana são também as dores do povo mexicano.

Ao levar em conta esse entrelaçamento entre a ficção e a realidade na literatura rulfiana, construí, neste texto, uma proposta de análise do conto “Nos han dado la tierra”, pertencente ao livro *El llano en llamas*, que toma como ponto de partida a experiência da revolução mexicana e o processo de reforma agrária que ocorreu após o término desta. Meu objetivo é discutir não só como o autor constrói uma crítica a esse processo dentro do conto em questão, mas também perceber como se dá o reconhecimento da identidade e do pertencimento das personagens. Para tal, este texto encontra-se dividido três em partes. A primeira intitula-se “A revolução mexicana e a busca da equidade social” e nela será apresentado um breve relato sobre a revolução e o processo de reforma agrária decorrente dela. A segunda parte intitula-se “A importância da terra na identidade nacional” e pretende discorrer sobre a questão do pertencimento a uma nação, sobre o fazer parte de um grupo e sobre o valor que possuir uma fração de terra tem. A terceira parte, “‘Nos han dado la tierra’: a exclusão social denunciada”, discorrerá sobre o quanto uma reforma agrária malsucedida pode ser prejudicial para um povo, sendo capaz de ampliar a desigualdade social já existente.

A REVOLUÇÃO MEXICANA E A BUSCA DE EQUIDADE SOCIAL

Fuentes (1980, p. 14-15), ao se referir a revolução mexicana, afirma: “Por primera vez en América Latina, se asiste a una verdadera revolución social que no sólo pretende substituir a un general por otro, sino transformar radicalmente las estructuras de un país”. Essa empolgação de Fuentes (1980) se deve ao fato de que ela foi a primeira revolução do século XX e, além disso, foi uma revolução na qual todos

2 Em 1980, foi publicado *El gallo de oro y otros textos para cine*, um compendio de textos produzidos por Rulfo e destinados ao cinema. Há, entretanto, entre os críticos, quem considere que *El gallo de oro* foi a segunda novela escrita por Rulfo. Por conta disso, as publicações atuais de *El gallo de oro* têm sido cuidadosas, editando o texto de forma separada, embora não se saiba se foi produzido para ser um romance ou um roteiro.

os setores da sociedade mexicana se envolveram, o que gerou a promessa de uma efetiva mudança nas estruturas econômica, política e social daquele país. A revolução teve início em 20 de novembro de 1910. Seus antecedentes encontram suas origens quando o general *oaxaqueño* Porfirio Díaz, em 1876, tornou-se presidente. Durante 34 anos, ele comandou o México promovendo grande crescimento econômico e estabilidade política. Entretanto, esses ganhos tiveram um custo muito alto para a população mais pobre:

O governo Díaz desafiou as demandas populares por pequenas propriedades e encorajou a conversão de terras devolutas em propriedades particulares dirigidas pelos grandes latifundiários. Estes senhores de terra empregavam mão de obra camponesa num sistema de servidão por dívida. Lavradores pobres eram forçados a comprar todos os seus suprimentos dos armazéns de seus senhorios com empréstimos adiantados a juro contra seu pagamento inadequado. Apanhados numa rede esmagadora de dívidas, os trabalhadores achavam impossível se libertar. Os camponeses ressentiam-se amargamente da lei de doação de terra de Díaz, que os privava do que consideravam como sua própria terra comum só para serem reempregados para trabalhar sob condições tão terríveis. (ALMOND, 2003, p. 139-140) O governo Díaz desafiou as demandas populares por pequenas propriedades e encorajou a conversão de terras devolutas em propriedades particulares dirigidas pelos grandes latifundiários. Estes senhores de terra empregavam mão de obra camponesa num sistema de servidão por dívida. Lavradores pobres eram forçados a comprar todos os seus suprimentos dos armazéns de seus senhorios com empréstimos adiantados a juro contra seu pagamento inadequado. Apanhados numa rede esmagadora de dívidas, os trabalhadores achavam impossível se libertar. Os camponeses ressentiam-se amargamente da lei de doação de terra de Díaz, que os privava do que consideravam como sua própria terra comum só para serem reempregados para trabalhar sob condições tão terríveis. (ALMOND, 2003, p. 139-140)

Os setores mais pobres da população estavam num sistema no qual não viam possibilidade de crescimento ou de ascensão social, vivendo, praticamente, um regime de servidão. A terra pertencia a uns poucos latifundiários e quem quisesse sobreviver necessitava buscar trabalho nas propriedades desses. A desigualdade social e a falta de oportunidades criaram um cenário insustentável no campo mexicano. O século XX iniciou no México com crises em diversas esferas da vida social o que refletia o descontentamento da população com a administração de Díaz. Mesmo com uma idade avançada (já contava com oitenta anos), ele se candidatou a presidente pela sétima vez e, com uma oposição nula (uma vez que o oponente mais forte, Francisco Madero, havia sido preso, a mando de Díaz, por tentar formar um partido político com candidatos capazes de competir nas eleições), foi eleito novamente em 1910. Depois de eleito, Díaz libertou Madero sob fiança. Madero foi para o Texas, onde recebeu apoio dos Estados Unidos. A seguir, retornou para o México disposto a começar uma rebelião, dando início ao *Plano de San Luis Potosí* que tinha como intuito levantar ar-

mas contra o governo de Díaz - o que ocorreu em 20 de novembro de 1910 (data de início da revolução mexicana).

Depois que Díaz saiu da presidência, houve uma sucessão de presidentes no México em um curto intervalo de tempo em decorrência de divergências de posicionamento político: Madero (1911-1913); Victoriano Huerta (1913-1914); Eulalio Gutiérrez (1914-1917); Francisco Carranza (1917-1920); Adolfo de la Huerta (1920 – foi presidente interino do México por apenas seis meses); Álvaro de Obregón (1920-1924). Muitos desses presidentes encerraram seus mandatos por terem sido assassinados (Madero e Carranza, por exemplo), demonstrando a instabilidade presente nesse período no México. Quando Obregón chegou à presidência, os grandes exércitos de camponeses que haviam surgido nos Estados de Morelos, Tlaxcala e Chihuahua já haviam dispersado: “Esses exércitos camponeses tinham objetivos bem definidos: a melhoria das condições de vida no campo, o fim do poder político e da capacidade repressiva dos donos de hacienda e – mais claramente no caso dos Morelos – a devolução da terra comunal aos aldeãos” (LA PEÑA, 2009, p. 361).

Não há consenso entre os historiadores quanto ao término da revolução. Alguns apontam o ano de 1917, com a proclamação da Constituição do México, como o final da revolução, outros defendem que o término ocorreu somente em 1920 com a presidência de Adolfo de la Huerta e outros elegem o ano de 1924, quando Plutarco Elías Calles assumiu o poder, como o ano derradeiro da revolução. Já o historiador inglês Alan Knight, da Universidade de Oxford, considera que o real término ocorreu apenas na década de 1940.

Durante a revolução, já não era possível encontrar papéis predeterminados; vilões e heróis não eram mais tão fáceis de identificar. As fortunas das oligarquias podiam ser perdidas; aqueles que estavam envolvidos na luta tinham seus períodos de conquista e de prejuízos. Nada era definido de antemão. Ao final da década de 1920, foi criado o Partido Revolucionário Institucional (PRI) em uma tentativa de amainar qualquer desavença que ainda pudesse existir entre os vários grupos. O caráter conciliador do PRI assumiu ares reformistas e legitimou o poder da burguesia mexicana, o que acabou por tratar de forma secundária os ideais dos camponeses e de outros segmentos que haviam participado da revolução.

A revolução mexicana denunciou as grandes diferenças sociais existentes no país: de um lado estavam os grandes latifundiários e do outro lado estavam índios, mestiços e brancos excluídos e sem direito a terra. Ao seu término, era necessário abrandar essas diferenças. Então, iniciou-se um processo de reforma agrária, sendo este o principal instrumento utilizado para evitar a radicalização camponesa. Dar terra à população mais pobre representava não só uma tentativa de minimizar as diferenças sociais, mas também uma forma de retribuir aqueles que haviam ingressado na revolução e, talvez o mais importante, fazê-los sentirem-se parte do novo Estado mexicano que surgia depois de anos de confrontos. A posse de terras tem um significado muito forte quando se trata do sentimento de pertencimento. Possuir terras significa ter uma parte do lugar onde se vive, ser dono de uma extensão de terras do Estado nacional, ser senhor dos seus domínios, ser parte constituinte do Estado, ou seja, não se é mais anônimo.

Entretanto, que tipo de terras fizeram parte da reforma agrária mexicana? As condições naturais do território mexicano impõem limites à agricultura. Grande parte do terri-

tório é ocupado por regiões de floresta, desertos ou criação extensiva, o que dificulta sobremaneira a distribuição e o uso da terra. Muitas das extensões de terra utilizadas na reforma agrária eram improdutivas, o que condenou, desde sua origem, essa reforma. Aqueles que foram agraciados com esses territórios converteram-se, posteriormente, em trabalhadores temporários que buscavam um lugar nas plantações de café, algodão, cana-de-açúcar, etc. para poderem sobreviver. Ou seja, de certa forma, muitos camponeses estavam outra vez no mesmo ponto em que se encontravam no início da revolução com a diferença de que, naquele momento, tinham terras improdutivas em seus nomes.

A IMPORTÂNCIA DA TERRA NA IDENTIDADE NACIONAL

Quando se discute a identidade nacional, a questão da terra³ assume um papel central. Smith (1997), no texto “El fundamento étnico de la identidad”, discute a questão da identidade nacional, reconhecendo a complexidade envolvida nessa questão. Ao tratar o tema “comunidade étnica”, ele aponta seis atributos principais que precisam ser compartilhados entre o grupo: um gentílico; um mito de origem comum; recordações históricas compartilhadas; um ou vários elementos da cultura coletiva com caráter diferenciador; uma associação com uma “pátria” específica; um sentido de solidariedade para com setores significativos da população. Desses elementos, o que mais nos interessa é a associação com uma pátria específica, pois está intimamente relacionado com a terra. De acordo com Smith (1997, p. 21), “el apego a ciertas extensiones de territorio, y a ciertos lugares dentro de dichas extensiones, tiene una cualidad mítica y subjetiva”. No momento em que há a eleição de determinada extensão de terra que tem um limite, por conseguinte, fronteiras, esta parcela de território passa a ser de extrema relevância, pois os povos que não são nômades veem nesses espaços físicos a possibilidade de manifestar os elementos que fazem parte de sua identidade. A identidade de lugar (*place identity*), segundo Proshansky (1976), tem como característica lembranças de imagens, valores, sentimentos e atitudes que fazem parte das vivências que os sujeitos tiveram naquele espaço e/ou que seus familiares tiveram e lhes repassaram por meio de narrativas: eles se reconhecem nesses lugares. Tal espaço é, em muitos casos, apropriado pelo coletivo (cultura); noutros, pelo indivíduo, enquanto ser singular e cuja particularidade se manifesta na maneira como ele se apodera do espaço (PROSHANSKY, 1976). A terra assume, assim, um importante valor para a identificação étnica:

Más que la residencia o la posesión de la tierra, son esos vínculos o asociaciones sentimentales: es allí de donde somos. En muchos casos también se trata de una tierra sagrada, la tierra de nuestros antepasados, de nuestros legisladores, de nuestros reyes y sabios, de nuestros poetas y sacerdotes, lo que la convierte en nuestra patria. Somos suyos, en la misma medida que ella es nuestra; además, los centros sagrados de la patria atraen a los miembros de la *ethnie*, o les inspiran si están lejos aunque el exilio sea prolongado. Así pues, una *ethnie* puede perdurar,

3 Neste texto, proponho-me a abordar tal tema tratando a terra na condição de espaço físico concreto, com fronteiras, limitada por outros espaços físicos, com leis próprias, língua(s) oficial(is), símbolos nacionais, governo autônomo, etc.

aun cuando permanezca alejada de su patria durante mucho tiempo, gracias a una profunda nostalgia y apego espiritual. (SMITH, 1997, p. 22)

Veamos, a partir dessas afirmações de Smith, o papel concedido a terra na construção da identidade nacional. Primeiramente ele diz: “son esos vínculos o asociaciones sentimentales: es allí de donde somos”. Com essa afirmação, ele evoca uma construção identitária que se pauta em uma relação de pertencimento “es de allí de donde somos”. Tal afirmação evoca ao mesmo tempo memórias passadas que estão associadas ao nascimento e memórias que estabelecem vínculos familiares. No primeiro caso, a terra está associada o lugar onde o indivíduo nasceu e/ou cresceu, ao lugar em que ele teve experiências significativas que fazem com que, ao recordar de suas vivências, recorde também da terra. Nesse caso, é necessário um sentimento individual de pertencimento, de identificação. Esse sentimento pode ser diferente do sentimento de outros membros da família quando o sujeito, provindo de um grupo de migrantes, nasceu e cresceu em outro país. Suas experiências na nova terra permitem que ele compartilhe de elementos que compõe a identidade de uma terra diferente daquela de seus antepassados. Isso está associado ao segundo caso: memórias que estabelecem vínculos familiares. A terra onde nascemos é a dos nossos antepassados. Isso cria um vínculo imemorial que traça uma linha que se perde no tempo. Nossas “raízes” estão naquela terra, somos “fruto” daquele lugar, a história de nossas famílias se confunde com as histórias da nação. Nesse caso, o sujeito é capaz, inclusive, de alargar a noção de “família” ao demais membros da comunidade, pois eles compartilharam as mesmas experiências. Esses dois aspectos podem ser associados aos comentários que Proshansky (1976) faz ao discutir o processo de apropriação do espaço. Ele destaca a integração do mundo interno ao ambiente do sujeito: quanto mais o sujeito se apropria do espaço e dos lugares mais ele se apropria de si mesmo. Quando efetivamente se apropria do espaço, ele o transforma em um lugar que proporcione segurança, que permita a manifestação da identidade de lugar, evidenciando os valores, as referências, os afetos, tornando-o parte de si.

Smith ainda diz: “En muchos casos también se trata de una tierra sagrada, la tierra de nuestros antepasados, de nuestros legisladores, de nuestros reyes y sabios, de nuestros poetas y sacerdotes, lo que la convierte en nuestra patria”. Nessa afirmação, há um reforço às considerações anteriores. Para que essa terra seja concebida como sagrada, como o lugar de “nossos antepassados, de nossos legisladores, de nossos reis”, é necessário que exista um vínculo de vivência com esse espaço para empregar o pronome possessivo “nosso” ao identificá-lo. Caso contrário, o caráter de sagrado será atribuído por referências de outros e não terá para o sujeito o aspecto de reconhecimento e de participação; e o aspecto “terra de nossos antepassados” ficará restrito a vivências anteriores de familiares, relegadas ao passado, que não se estendem ao sujeito. Como o próprio Smith destaca, os centros sagrados da pátria atraem os membros da *ethnie* ou os inspiram quando estão longe de sua terra. Isso ocorre devido ao “apego” que os sujeitos têm com o lugar, uma vez que o tomam como parte de suas histórias, como parte de sua constituição individual. Reconhecer-se como parte do lugar, como aponta Gonçalves (2002), está relacionado às lembranças, aos sentimentos, às vivências e aos significados dos indivíduos que ali vivem: “o sujeito projeta-se sobre o espa-

ço do qual se apropria, produzindo uma identificação entre sujeito e espaço. Esta reflete o modo de vida daquele que o habita. O espaço assume então uma dimensão cultural e social que o sujeito internaliza e representa” (GONÇALVES, 2002, p. 19). A terra, a pátria, desperta no sujeito uma sensação de segurança e de estabilidade, muito diferente da sensação de não pertencimento que a situação de ser estrangeiro em um outro país comumente provoca. Essa segurança, muitas vezes, é apenas ilusória, porque os sujeitos encontram, dentro de seus próprios países, dentro de sua terra natal, problemas que tornam suas estadias nesses espaços físicos incertas, como, por exemplo, falta de emprego, de moradia, de condições de saúde e de oportunidades de educação.

Tuan (1980), ao discutir o vínculo dos sujeitos com a terra, salienta que o trabalhador rural possui uma “fusão” com a natureza, uma vez que o apego a terra é profundo. Eles conhecem mais a natureza porque ganham a vida, sustentam suas famílias, exercem suas atividades profissionais a partir dela, pois eles têm a terra como uma parceira, como uma companheira de jornada. Esse vínculo é tão forte que, no caso das terras se converterem em improdutivas, o sujeito também se converterá, se tornando incapaz de exercer sua profissão e de manter sua família.

“NOS HAN DADO LA TIERRA”: A EXCLUSÃO SOCIAL DENUNCIADA

O conto “Nos han dado la tierra”, do mexicano Juan Rulfo, foi originalmente publicado na *Revista Pan* (de Guadalajara), em julho de 1945 e depois passou a compor o livro *El llano en llamas*, publicado em 1953. A narrativa conta a história de quatro sujeitos: Melitón, Faustino, Esteban e o narrador, os quais receberam uma grande extensão de terras do governo em um processo de reforma agrária. O problema: a terra recebida é infértil. O conto se desenvolve ao longo da caminhada desses quatro sujeitos ao encontro das terras que receberam. Embora tenha passagens em flashback que relatam cenas do recebimento das terras, o conto apresenta uma linha temporal linear.

Não há informações sobre os personagens: não sabemos suas idades, tipos físicos, se têm ou não família, não sabemos nem seus sobrenomes. Apenas sabemos que receberam terras do governo; que eram um grupo maior, mas que durante a caminhada muitos foram abandonando a empreitada que já começara falida: “Somos cuatro. Hace rato, como a eso de las once, éramos veintitantos; pero puñito a puñito se han ido desperdigando hasta quedar nada más ese nudo que somos nosotros” (RULFO, 2009, p. 08). O narrador faz parte do povo, produzindo um olhar desde dentro, rompendo com a tradição realista que construía uma visão dos setores mais pobres desde cima e de fora. Esse olhar de dentro se fortalece na presença da coloquialidade reproduzida pelas vozes narrativas.

O espaço em que se desenvolve a narrativa é o llano mexicano. Um lugar castigado pelo sol, de terra árida, sem sombra: “Después de tantas horas de caminar sin encontrar ni una sombra de árbol, ni una semilla de árbol, ni una raíz de nada”; “esta llanura rajada de grietas y de arroyos secos” (RULFO, 2009, p. 07). A seca e o calor do espaço alcançam os personagens fazendo com que eles caminhem praticamente calados: “Hace ya tiempo que se nos acabaron las ganas de hablar. Se nos acabaron con el calor. Uno platicaría muy a gusto

en otra parte, pero aquí cuesta trabajo. Uno platica aquí y las palabras se calientan en la boca con el calor de afuera” (RULFO, 2009, p. 08).

Essa ausência de fala também se deve à desmotivação pela terra que receberam do governo. Os personagens foram agraciados com “miles y miles de yuntas” improdutivas. No momento em que receberam as escrituras das terras, eles já sabiam que estas eram improdutivas, mas o delegado que as entregou não queria ouvir queixas ou reclamações, pelo contrário, esperava que os colonos fossem gratos ao governo, afinal estavam recebendo uma grande extensão de terra, terra que agora era deles; estavam recebendo um pedaço do país, eram donos de uma extensão territorial de sua pátria:

-No se vayan a asustar por tener tanto terreno para ustedes solos.

-Es que el Llano, señor delegado...

-Son miles y miles de yuntas.

-Pero no hay agua. Ni siquiera para hacer un buche hay agua.

-¿Y el temporal? Nadie les dijo que se les iba a dotar con tierras de riego. En cuanto allí llueva, se levantará el maíz como si lo estiraran.

-Pero, señor delegado, la tierra está deslavada, dura. No creemos que el arado se entierre en esa como cantera que es la tierra del Llano. Habría que hacer agujeros con el azadón para sembrar la semilla y ni aun así es posible que nazca nada; ni maíz ni nada nacerá.

-Eso manifiéstenlo por escrito. Y ahora váyanse. Es al latifundio al que tienen que atacar, no al Gobierno que les da la tierra. (RULFO, 2009, p. 10)

No caso do conto analisado, vale ressaltar que ele foi escrito num período posterior a revolução mexicana e que o autor, mesmo sem ter vivenciado a revolução em sua totalidade, visto que nasceu em 1917, vivenciou, desde sua infância, mudanças econômicas e sociais decorrentes do movimento revolucionário, entre elas a reforma agrária. Como apontado anteriormente, a reforma agrária realizada no México não foi capaz de sanar o problema da falta de terra, uma vez que distribuiu entre os colonos terras improdutivas. O texto de Rulfo faz uma alusão direta a essa malsucedida divisão de terras. Entretanto, podemos fazer uma leitura do texto que vai além de uma crítica à incapacidade (ou desinteresse) do governo mexicano em sanar o problema da falta de terras, chegando, neste caso, a uma discussão do pertencimento desses sujeitos ao território.

O México, durante o governo de Porfirio Díaz, teve as diferenças sociais extremadas. O crescimento econômico e a estabilidade política alcançados pelo país custaram caro à população mais pobre, pois a renda e as propriedades estavam concentradas nas mãos dos grandes latifundiários. O México era, então, um país de poucos. Sem perspectiva de crescimento e tendo a mão-de obra explorada, o povo não tinha voz nem vez. Quando a revolução mexicana iniciou e todos os segmentos populacionais se envolveram nela de alguma forma, o povo explorado e sem voz lutou por um espaço, buscando romper com o silenciamento e a exclusão aos quais estavam sujeitos. Com o término da revolução, veio a reforma agrária e com ela a esperança de abandonar a condição de explorado, de fazer parte do país, de ter voz.

Ter uma extensão de terra dentro do país ao qual pertencem, como mencionado antes,

faz com que os indivíduos se sintam parte da nação de uma forma muito particular. Possuir algo significa que sempre terão onde viver, que poderão produzir, que poderão sustentar-se e sustentar seus descendentes. Essa extensão territorial própria é o sonho da maioria dos indivíduos, configurando-se como uma espécie de amparo. Além disso, está o caráter de pertencimento e de identidade nacional também já mencionado. Quando, no conto, os sujeitos recebem essa terra e ela é infértil, impossibilitando o plantio e a moradia, a questão do pertencimento e do sustento se desvanecem e o vínculo que poderia ter sido estabelecido com a terra sequer chega a existir. Sem terras, esses sujeitos são percebidos como não formadores do território nacional, como excluídos.

O conto de Rulfo pode, então, também ser percebido como uma crítica à consolidação de um dos fatores que motivou a revolução: a busca por igualdade social. No momento em que a reforma agrária já nasce fadada ao fracasso, impede-se que os sujeitos que lutaram na revolução para pertencer ao estado mexicano, abandonem a condição de explorados. Nega-se a eles a oportunidade de ser parte do país, a oportunidade de crescer e de produzir. Esses sujeitos passam a ser uma extensão das terras inférteis que receberam, sendo novamente colocados de lado. Sua identidade, seu pertencimento ao país, são enfraquecidos. O governo segue tratando-os como sem relevância em uma espécie de invisibilidade social, sendo este o maior mal que uma reforma agrária malsucedida pode produzir: impedi-los que conquistar o espaço social que lutaram por ocupar. Poder-se-ia dizer que isso conduz esses sujeitos ao ponto inicial, ao ponto em que estavam antes da revolução. Contudo, o mal causado é pior, pois o sonho construído desmorona, ocasionando uma frustração, despertando nos sujeitos do conto a sensação de que nada será alterado.

A terra improdutiva é dada para que produzam nela. Produzam o que? Suas identidades enquanto sujeitos? Mas, se a terra é infértil, suas identidades enquanto sujeitos ativos dentro do país também não alcançam produzir frutos. Ao colocar o narrador como parte do grupo de indivíduos, Rulfo nos proporciona um olhar que é capaz de sentir a frustração dos sujeitos, que é capaz de perceber suas vozes se calando, tonando-se secas como o llano, e não sendo ouvidas pelo governo presente na figura do delegado. O silenciamento desses sujeitos pode também ser tomado como a manutenção da exclusão, uma vez que o espaço que buscavam na sociedade lhes é negado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Smith (1997) trata da questão da identidade nacional estabelecendo seis atributos principais que devem ser compartilhados pelo grupo para que possa se delinear o pertencimento a uma nação; dentre os quais encontra-se a associação a uma pátria específica. Neste ponto, o autor destaca que o apego a certas extensões territoriais possui uma qualidade mítica e subjetiva, pois o sujeito desenvolve sua identidade entrelaçada com tal espaço, uma vez que é ali onde desenvolve suas vivências, construindo sua história. Esse espaço pode ser um país, um estado ou mesmo um bairro, no qual o indivíduo compartilha com outros as mesmas experiências, estabelecendo vínculos.

Esse espaço comum é subdividido em propriedades. Possuir uma dessas propriedades

é ser dono de uma parte do país, de uma parte de sua própria história. Possuir terras tem grande valor na cultura ocidental estando associado a status e a um papel social. Ao longo desse texto, discuti a questão da posse da terra associada à ideia de pertencimento nacional e à ideia de construção identitária. O texto que serviu de base para essas discussões, “Nos han dado la tierra”, apresenta um elemento narrativo central que foi capaz de dar uma dimensão maior aos pontos debatidos: as personagens centrais são colonos. Tal fato amplia sua relação com a terra, pois suas ocupações, suas profissões, estão diretamente relacionadas com o espaço físico que habitam, além do que o seu sustento é produzido por meio da interação homem-terra. No conto, percebemos a esperança dos protagonistas ser desfeita, suas ocupações sociais se esvaziarem de significado, suas vontades serem silenciadas até o ponto em que suas vozes se calam, restando apenas o silêncio de uma terra improdutiva.

A reforma agrária malsucedida mingua a chance de mudança social, extremando as diferenças entre as classes abastadas e o proletariado. Os sujeitos perdem sua humanidade, tornando-se tão áridos quanto o espaço que receberam. O texto de Rulfo traz uma possibilidade de discussão centralizada no anseio de mudança daqueles que fizeram a revolução e que aguardam as transformações pelas quais lutaram. Quando nada parece se alterar, o sujeito perde sua fé e se vê derrotado. O som que acompanha a caminhada é o ladrar de cachorros de um povoado próximo. A princípio, o som chega empurrado pelo vento, servindo como uma espécie de guia em meio ao llano. O ladrar dos cães também pode ser associado com um processo de animalização das personagens, pois enquanto essas emudecem, é o som dos animais que substitui a conversa. Os cachorros possuem voz e a externalizam, enquanto os homens não. Os sujeitos estão, calados, derrotados em suas tentativas de mudar sua posição social e em seus sonhos de ter um espaço (físico e social) no lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, M. *O livro de ouro das Revoluções*. Tradução de Gilson Batista. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- FUENTES, C. *La nueva novela hispanoamericana*. Cidade do México: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1980.
- GONÇALVES, T. M. *O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar (uma abordagem psico-socio-ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma/SC)*. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- LA PEÑA, G. de. As mobilizações rurais na América pós 1920. In: BETHELL, L. (Org.). *A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 355-469.
- KNIGHT, A. *The mexican revolution*. Volume 2: Counter-revolution and Reconstruction. Nebraska: University of Nebraska Press, 1990.

PROSHANSKY, H. M. *Apropiación et non apropiación (mis-appropriation) de l' espace*. [S.l., s.n.], 1976.

SMITH, A. D. El fundamento étnico de la identidad. In: _____. *La identidad nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997. pp 17-39

TUAN, YI-FU. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

Recebido em 20 de agosto de 2017

Aceito em 20 outubro de 2017

